



# NO PORTUGAL DAS (IN)TOLERÂNCIAS

Racistas, homofóbicos, machistas – os movimentos populistas estão a crescer em todo o mundo e alimentam-se da intolerância das sociedades. Estará a bonomia dos portugueses a manter-nos a salvo desta vaga extremista? Afinal, terá o País uma matriz intrinsecamente tolerante ou será esse mais um mito identitário?





Em branco, assim se mantém Portugal no mapa que traça a evolução do voto em partidos populistas na Europa, nas últimas duas décadas. De acordo com a investigação publicada, na semana passada, no jornal britânico *The Guardian*, entre 1998 e 2018, a votação em movimentos populistas triplicou no continente europeu, ou seja: um em cada quatro eleitores escolhe partidos que dividem a sociedade entre os “virtuosos” e os “corrompidos”. Permanecendo em branco, é tentador atribuir a Portugal o estatuto de exceção.

“Um pequeno País expressando tolerância, porque historicamente conheceu muitas culturas – esta premissa está na base da forma como os portugueses querem ser vistos”, sintetiza o politólogo António Costa Pinto. Mas, se “toda a mobilização populista explora as intolerâncias das sociedades”, como adianta o investigador do Instituto de Ciências Sociais, estará Portugal a salvo do recrudescer do radicalismo?

Na Europa, a imigração é um dos principais fatores de mobilização populista, sendo esta muitas vezes desonestamente associada a diferenças culturais insanáveis, ao crime e à violência. No final do ano passado, o relatório estatístico do Eurobarómetro mostrava que 36% dos inquiridos na União Europeia (UE) consideravam a imigração um dos principais problemas dos seus países. Em Portugal, apenas 4% partilhavam da mesma opinião. Metade dos portugueses entrevistados manifestou, ainda, uma atitude positiva perante os estrangeiros extracomunitários e 77% via com bons olhos a entrada de outros cidadãos europeus. Portugal posiciona-se, assim, como o quinto Estado-membro da UE onde mais se considera que os imigrantes trazem um contributo importante para o País. Perante os dados do Eurobarómetro, o historiador António Araújo sublinha que os números “não significam que nós não sejamos intolerantes”. E desmistifica: “Não há um parecer psicológico



RACISMO

148

Número de queixas recebidas pela Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial nos primeiros oito meses deste ano. Em 2017, foram 179, o que representa um aumento de 50% em relação ao ano anterior



MULHERES

16,7%

Diferencial salarial, em benefício dos homens, tendo como referência a remuneração-base mensal, de acordo com os dados mais recentes da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

dos portugueses, mas há contextos históricos. A nossa tolerância é um pouco conjuntural” – começando na geografia, que afasta o País das grandes vagas migratórias atuais.

A diminuição da criminalidade, uma redução de 18,8% entre 2008 e 2017, representando os crimes violentos e graves apenas 4,4% das participações, também dificulta a habitual estratégia populista de associação da imigração à violência. “Não quero revisitar os brandos costumes – que contesto –, mas os dados da criminalidade nacional não contribuem para o aparecimento de reações securitárias ou xenófobas”, defende o também jurista. “Mas quem vota, vota igualmente com base em perceções e em medos”, lembra.

Regressando aos dados do Eurobarómetro, os italianos imaginam que 24,6% da população do seu país é composta por imigrantes, enquanto os dados oficiais mostram que estes representam apenas 7 por cento. Em Portugal, esta perceção é de 20,6% da população, mas a percentagem real ronda os 6 por cento. Os números entre os dois países não são assim tão díspares, mas o estatuto periférico de Portugal será determinante para a pouca sensibilidade ao discurso xenófobo. Além disso, a parca imigração que chega ao País não é vista como culturalmente diversa. Durante muitos anos, veio, sobretudo, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e do Brasil. A partilha da língua já pressupõe um entendimento mais fácil. “Há pouca imigração muçulmana”, nota Costa Pinto que acrescenta: “O multiculturalismo em Portugal é muito reduzido.” E facilita o clima de tolerância.

“Não há condições para a mobilização da opinião pública e do eleitorado e, até ver, não há capacidade de mobilização através das redes sociais”, acredita António Araújo. “No Brasil, Bolsonaro tinha grandes empresas a financiarem a sua campanha através das redes. Em Portugal, os grupos económicos não estão dispostos a apostar no discurso xenófobo, por este não ser compensador na garantia do acesso ao poder. Os partidos do centro asseguram essa ligação”, analisa.

O historiador não duvida do poder mobilizador das redes sociais em torno de um pensamento binário: “Há mais polarização nestas plataformas, já que a tendência é ser a favor ou contra. Não se pode ser neutro. É tudo muito passional e emocional.”

Estarão, assim, as redes sociais a despertar novas intolerâncias?

#### A INTOLERÂNCIA É CONTAGIOSA

“Há menos novidades nos conteúdos e mais nos meios”, nota o historiador Miguel Bandeira Jerónimo. “A economia comunicacional da propagação da intolerância alterou-se. Antigamente, faziam-se longos discursos políticos ou usavam-se mapas que mobilizavam contra um inimigo comum. Ora, isso já não tem nada



## “O NEGRO CONTINUA A SER ASSOCIADO AO INFERIOR”

**CLÁUDIA SEMEDO, 35 anos, atriz**

A minha família é multicultural. Por isso, nunca estranhei a diferença. A primeira vez que tomei consciência do meu tom de pele teria uns 6 ou 7 anos. Entrei na tabacaria com o meu pai e ouvi um senhor dizer à filha, que estava no pico de uma gigantesca birra, para não chorar “ou vinha lá o homem preto com um saco para a levar”. Quando olhou para trás, aquele pai viu um homem preto que não trazia um saco, mas uma filha pela mão. A frase que ele proferiu não me fez sentido. Um homem preto com um saco podia ser o meu pai e o meu pai não era um bicho-papão. O silêncio com que reagimos à situação opôs-se à longa conversa que tivemos em casa, onde o meu pai me explicou que em Portugal havia poucos portugueses com a pele mais escura e que as pessoas tinham receio daquilo que desconheciam. Era só ignorância e podia ser combatida com proximidade.

No meio artístico, o racismo é muito dissimulado. Já me disseram muitas vezes que era perfeita para um determinado trabalho mas que não tinha o perfil certo e, quando aprofundava a conversa para perceber o que procuravam, as respostas ficavam perdidas em reticências. Em muitos trabalhos que faço, em nome próprio, pedem-me para esticar o cabelo e já ouvi muitos comentários do género “ela estava muito bem vestida, mas podia ter penteado o cabelo”, simplesmente por não corresponder ao aspeto europeu. As pessoas querem acreditar que não há racismo em Portugal, mas existe e é estrutural. Tivemos um papel inegável na escravatura e esse lastro deixou marcas. O negro continua a ser associado ao inferior e ao não belo. Como quando alguém comenta “o bebé é preto, mas é tão bonito”. Muitas vezes não é consciente, mas a semente do racismo está lá. A ideia de raça é uma construção social. Faço minhas as palavras do Mía Couto “... só há duas nações – a dos vivos e a dos mortos”.

que ver com a leitura superficial dos títulos das notícias nas redes sociais”, compara. O desprezo pelo outro, esse, é o mesmo de sempre. “É muito mais fácil redimensionar o discurso intolerante neste contexto – basta manipular os dados ou criar slogans rápidos. No fundo, é muito mais simples para quem quer odiar. A tolerância exige outro tempo.”

Antônio Araújo identifica uma reconfiguração dos preconceitos: “No passado, tivemos a intolerância religiosa. Agora, temos a intolerância antirreligiosa. É feita em nome da Ciência, mas acaba por ter um discurso panfletário. É fundamental aceitar a pluralidade. E, dentro da Igreja, também acaba por surgir uma feição mais conservadora”. A justificativa para esta reação é simples: “A intolerância gera intolerância.”

E será essa correlação a justificativa para a escalada da polarização. “Devido à ascensão do populismo e do conservadorismo, ideias que eram suprimidas por serem marginais ou por irem contra o consenso voltaram a ser expressas. As pessoas sentem-se livres para darem a sua opinião e manifestarem a sua insegurança e o seu medo do outro”, clarifica Miguel Bandeira Jerónimo. De acordo com o historiador, é indispensável “ser tolerante com a intolerância”. A solução não passa, portanto, pelo silenciamento. “É sempre perigoso suprimir opiniões”, alerta o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O combate do extremismo faz-se “debatendo livremente, para que as pessoas sejam confrontadas com a pluralidade, em vez de contactarem apenas com o que confirma os seus preconceitos”.

Se, na internet, é sempre possível encontrar quem pense da mesma maneira, funcionando como caixa de ressonância, nos meios de comunicação social tradicionais a diversidade é evidente. “O declínio da Imprensa é muito grave; ela sempre teve um papel moderador”, defende Antônio Araújo. “Não sei se as pessoas já não leem jornais porque estão *tribalizadas* ou, se por terem deixado de lê-los, é que ficaram *tribalizadas*.” O historiador não descarta a hipótese de Portugal atingir a um nível mais



**NAS REDES SOCIAIS,  
AS PESSOAS  
SENTEM-SE LIVRES  
PARA EXPOR OS SEUS  
PRECONCEITOS**

## “AS MENINAS TAMBÉM PODEM SER SUPER-HEROÍNAS”

**CAPICUA**, 36 anos, rapper e compositora

O problema não são as princesas, mas o modelo de feminilidade que se impinge às meninas.

Estamos mais conscientes da desigualdade de género, mas na socialização das crianças há um retrocesso. Os rapazes são incentivados a desenvolverem os seus talentos, enquanto as meninas são estimuladas a serem princesas à espera do príncipe salvador. Enquanto não houver uma abordagem mais neutra, reproduzem-se estereótipos que naturalizam a diferença. Chama-se às meninas de princesas e aos rapazes de super-heróis, mas as meninas também podem ser super-heroínas.

O rap é uma atividade muito masculina e é muito difícil ser encarada como igual aos olhos dos meus pares. O exotismo de ser uma mulher também me traz visibilidade mas, ao mesmo tempo, é como se estivesse numa divisão à parte. Espera-se que as mulheres no universo das artes sejam decorativas, mas eu sempre andei em contramão.

Ainda há muito por fazer. Só este ano, já foram mortas 24 mulheres vítimas de violência doméstica, a diferença salarial é quase de 17%, as mulheres continuam a gastar muito mais tempo em tarefas domésticas... No geral, a sociedade é menos tolerante com elas. Basta ver as reações extremadas nas redes sociais contra, e pela descredibilização, da agenda feminista. É importante explicar que não são mulheres contra homens, nem se pretende inverter a lógica opressiva – até porque os homens também são emocionalmente oprimidos pela sociedade patriarcal. Há muitos feminismos, mas o essencial é defender a igualdade de oportunidades.

Só quem está no nosso lugar sabe o quão subtil a discriminação pode ser. Faz parte do quotidiano. Basta abrir os jornais. Quando se ridicularizou a lei da importunação sexual chamando-lhe “lei do piropo”, desvalorizaram-se as histórias de muitas meninas e mulheres. Todas as minhas amigas e eu tínhamos histórias de importunação sexual na pré-adolescência. Isso é muito grave. Quando surge uma questão ligada aos direitos das mulheres começa-se por apontar o dedo às vítimas. Até as sentenças judiciais culpabilizam as vítimas. É muito *punk* manter a autoestima numa sociedade assim.



FLEVITA

elevado de polarização, “mas não como a que se verifica nos EUA”. O sociólogo Viriato Soromenho-Marques classifica as reações mais radicalizadas em Portugal como sendo de baixa intensidade. “Chegam de uma minoria, que se achava maioria, e que canaliza o seu descontentamento para bodes expiatórios.”

O diretor-executivo da Amnistia Internacional de Portugal, Pedro Neto, sente que Portugal não está imune ao clima de crispação. “Nos últimos três anos, o discurso tem vindo a alterar-se. Hoje, veem-se comentários nas redes sociais contra as mulheres, os negros, os muçulmanos... E a Amnistia também é alvo de críticas destrutivas na internet e no terreno.” Recentemente, a organização lamentou a divulgação das fotografias da detenção de três suspeitos, que fugiram do Tribunal de Instrução Criminal do Porto, e não esperava a violência das reações. “Fomos muito criticados e insultados, acharam que estávamos a defender criminosos, mas todas as pessoas têm direito à sua dignidade. Uma das nossas recrutadoras de rua quase foi agredida no Porto”, revela.

#### **OS PERIGOS DA CRISE ECONÓMICA**

O politólogo António Costa Pinto enumera várias razões para o insucesso dos movimentos radicais em Portugal: “Os setores da sociedade que exprimem valores mais autoritários – e que não se sentem representados – optam por alienar-se e não votam. Ao mesmo tempo, faltam temas mobilizadores, como a imigração ou a violência associadas ao culturalmente diferente. A grande diversidade partidária existente em Portugal acaba por dar voz à clivagem entre a esquerda e a direita.” Contudo, o facto de existirem menos temas suscetíveis de serem mobilizadores não significa que o País esteja a salvo. “Em Espanha, o populismo surgiu em oposição à corrupção e à secessão catalã; já no Reino Unido, foi um movimento soberanista que defendeu o Brexit. Há elementos específicos em cada país”, sublinha Costa Pinto.

Além da imigração, Viriato Soromenho-Marques atribui a ascensão da extrema-direita na Europa ao descontentamento e à insegurança causados pelas políticas de austeridade. “Em Portugal, não só não temos uma avalanche de refugiados como conseguimos acomodar a austeridade melhor do que o esperado. A forte emigração durante o período da crise, com 400 mil pessoas a irem lá para fora, descomprimiu a tensão social e, com a solidariedade das famílias, o País aguentou-se.” O catedrático de Filosofia identifica, ainda, uma tradicional desconfiança dos portugueses perante líderes carismáticos, categoria na qual não inclui o Presidente da República. “Marcelo Rebelo de Sousa é popular, mas não é populista. Tem um discurso perfeitamente institucional, está sempre a referir-se ao respeito pela Constituição, ao contrário dos líderes



## LIBERDADE RELIGIOSA



D.R.

# “PORTUGAL INTEGRA BEM AS DIFERENÇAS”

**NAZIM AHMAD**, 73 anos, representante diplomático do Imamat Ismaili em Portugal

Portugal tem a característica genética de acolher bem os que vêm de fora e de integrar bem as diferenças. No meu caso, enquanto português e também ismaili, sempre beneficie disso. Do mesmo modo, as nossas instituições, que trabalham em Portugal há muitos anos, sempre contaram com o apoio e a colaboração das autoridades do País e da população em geral. No meu caso pessoal, defino-me, antes de tudo, como português e nunca senti qualquer diferenciação por questões de prática religiosa ou outras. Eu próprio sempre eduquei as minhas filhas no mesmo espírito, como portuguesas e ismailis. E julgo que é aqui que reside, precisamente, uma das nossas maiores riquezas: a diversidade que nos é intrínseca. De facto, os ismailis são educados desde cedo para a pluralidade e para o ecumenismo, sob a orientação do pensamento de Sua Alteza o Aga Khan, que são características da própria comunidade que, talvez também por isso, é bem-vista e considerada nos 25 países do mundo onde a sua presença é mais forte. O facto de Portugal partilhar estes valores e ser considerado um exemplo nessa matéria está, naturalmente, ligado à escolha do nosso país para acolher a sede mundial do Imamat Ismaili. No trabalho que desenvolvo há décadas, só posso agradecer a colaboração das autoridades nacionais pela forma como desde a primeira hora impulsionaram o fortalecimento desta relação. Claro que, enquanto português, não posso esconder o meu orgulho pelo respeito de que o meu país goza no plano internacional pela forma como defende estes princípios.



LIBERDADE DE EXPRESSÃO

14<sup>o</sup>

Lugar ocupado por Portugal no Índice de Liberdade de Imprensa, elaborado pela organização dos Repórteres Sem Fronteiras



DIREITOS HUMANOS

13

Número de casos julgados pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos, em 2017, relativos a queixas contra Portugal. Dez deles implicavam mais de uma violação da Convenção Europeia dos Direitos Humanos

populistas, que pedem um cheque em branco – esse discurso é que é perigoso”, remata. Atualmente, não existe ninguém relevante no panorama político nacional com esse discurso, mas tudo pode mudar. Soromenho-Marques acredita que o maior perigo será o regresso da crise económica, que facilitaria a exploração do descontentamento dos cidadãos.

O politólogo Jaime Nogueira Pinto atribui ao Partido Comunista parte da drenagem populista: “O PCP, que ainda é o partido em que parte dos descontentes com a globalização e a Europa votaram, fixou um voto operário que, por exemplo, em França, passou para a *Front National*. Em certo sentido, António Costa recorreu a uma manobra populista ao cooptar para um acordo de Governo o PCP e o Bloco de Esquerda, que até então estavam fora do chamado ‘arco de governação’, mitigando, à esquerda, algum descontentamento popular com ‘o sistema’”, advoga.

### UMA LEGISLAÇÃO AVANÇADA

Segundo o relatório da organização britânica Legatum Institute, Portugal ocupa o décimo lugar na lista dos países mais tolerantes do mundo. O resultado baseia-se no acesso a direitos legais, à liberdade de expressão e religiosa e à tolerância social, sobretudo junto dos imigrantes e das minorias étnicas.

Mas a palavra tolerância não está isenta de debate. “Normalmente, esta é concedida pela maioria à minoria ou pelos poderosos aos mais vulneráveis. Protege os direitos sem os formalizar, depende de uma vontade”, esclarece Viriato Soromenho-Marques. O filósofo Jacques Derrida associava a tolerância a uma forma de caridade, a alguém que numa posição mais elevada diz: “Permito que tenhas um espaço em minha casa, mas não te esqueças de que esta é a minha casa.”

Soromenho-Marques sintetiza: “A tolerância deve ser entendida como uma fase transitória entre a não discriminação e a afirmação de direitos legais.” E, no que diz respeito à legislação, Portugal segue muitas vezes na dianteira. “O nosso quadro legislativo é de extrema tolerância, estando em muitos segmentos à frente de alguns setores da sociedade. Isto acontece porque as decisões são tomadas no Parlamento, em vez de serem referendadas. Se o fossem, haveria uma maior ativação política dos temas, e os intolerantes teriam mais voz”, acredita António Costa Pinto.

O responsável pela Amnistia, Pedro Neto, destaca a discriminação, em sentido lato, como uma das áreas em que o País mais precisa de fazer progressos. O ativista recorda o acórdão do Tribunal da Relação do Porto que, recentemente, considerou a violação de uma jovem de 26 anos, por dois homens, enquanto estava desmaiada, como uma “ilicitude não elevada”. Sem rodeios, Pedro Neto considera que “não foi feita justiça” e acusa o sistema judicial de ser

# “NÃO PERMITO CENSURA ABSOLUTAMENTE NENHUMA”

**JOÃO QUADROS**, 54 anos, argumentista

De uma forma geral, acho que os portugueses lidam bem com a liberdade de expressão. Às vezes, no entanto, parece que as pessoas sentem que existe demasiada liberdade. É ridículo perguntarem-me quais são os limites do humor. Ninguém pergunta quais são os limites da música ou da pintura. Não se trata de uma questão de limites, mas de bom gosto. Por princípio, não tenho especial prazer em atacar minorias ou em gozar com o sofrimento dos outros. O humor é uma arma para atacar o poder. Não serve só para fazer rir. Agora, ataca-se muito o discurso do politicamente correto. Temo que, se Hitler reaparecesse, as pessoas diriam que ele era “contra o politicamente correto”. Qual será a solução? Talvez fazer três piadas antirracistas por cada piada racista. Há sempre uma pressão extra quando se brinca com a religião. Lembro-me de escrever um *sketch* para o Herman José sobre Fátima e nem sequer quererem que fosse para o ar. O futebol é diferente, mais perigoso, ninguém oferece pancada em nome da Nossa Senhora, mas em nome dos clubes sim. Já fui alvo de alguns processos judiciais, mas raramente chegaram a tribunal. Os que chegaram, ganhei-os. Saí do *Jornal de Negócios* porque escrevi uma crónica sobre o presidente da Assembleia da República ter acusado Bruno de Carvalho de ser responsável pelo ataque de Alcochete, ainda antes de haver julgamento. Tinha consciência de que podia ser o meu último artigo. Ainda escrevi mais dois e, depois, acabou. Pode ser coincidência, a justificação foi contenção de custos, mas eu escrevia para o jornal há dez anos e sei que era positivo eu lá estar. Sabia que aquele texto podia levar a este desfecho, e isso assusta-me um bocadinho. Sinto mais pressão com este Governo do que com os anteriores. Disse o pior do Passos Coelho, mas nunca fui atacado e, com este Governo, isso já aconteceu. Basta dizerem-me para não escrever sobre um tema e eu ou escrevo sobre ele ou saio. Não permito censura absolutamente nenhuma. Já me pediram para não abordar determinado tema em troca de protagonizar uma campanha publicitária. Desliguei logo o telefone. Escrevi uma crónica para o Sapo24 em que acharam que tinha demasiadas vezes a palavra “masturbação”. Saí imediatamente porque não a publicaram. Sou intransigente. Tenho um dever para com as pessoas que me leem. Quem está do outro lado tem de confiar que estou a dizer o que penso. Essa relação de confiança é o mais importante.

😊  
LIBERDADE DE EXPRESSÃO





discriminatório em casos como este, refletindo a desigualdade de gênero existente.

A deputada Catarina Marcelino, ex-secretária de Estado para a Cidadania e para a Igualdade, destaca os progressos legislativos do País – “a nossa lei da identidade de gênero é das mais progressistas do mundo” –, mas lamenta que os comportamentos sociais nem sempre os acompanhem. “O mercado de trabalho continua a ser muito prejudicial para as mulheres. A desigualdade salarial chega aos 20%, o acesso a cargos de poder também lhes é dificultado, e elas ainda suportam muito mais horas de trabalho doméstico.” Em suma: “continuamos a ter uma sociedade machista”, afirma. “Basta pensar que o terceiro crime mais participado em Portugal, no ano passado, foi a violência doméstica.” Em 2018, já foram mortas 24 mulheres.

Ainda no capítulo da violência, o uso excessivo da força policial, com eventuais motivações racistas, é outra das áreas a que a Amnistia Internacional está atenta. No início deste ano, o Comité para a Prevenção da Tortura do Conselho da Europa instou Portugal a prevenir o uso excessivo da força das autoridades, sobretudo em relação aos cidadãos de origem africana. Atualmente, decorre o julgamento de 17 agentes da PSP da esquadra de Alfragide, na Amadora, acusados de tortura e racismo contra seis jovens da Cova da Moura.

Ao nível dos direitos LGBTI, Pedro Neto considera que a legislação portuguesa “é uma das melhores do mundo”, mas no que diz respeito aos costumes “ainda há um caminho a fazer, no sentido da educação para a tolerância e a igualdade”.

### A BANALIZAÇÃO DA POBREZA

Há matérias em que o economista Carlos Farinha Rodrigues considera os portugueses demasiado permissivos: a desigualdade e a pobreza. “O nosso grau de aversão a ambas é muito reduzido. Este baixar dos braços é complacente com a violação dos Direitos Humanos.” Atribui esta resignação ao apregoar do valor da pobreza durante o Estado Novo e lamenta que a mobilidade social continue a ser insuficiente. “Existe algum preconceito social que não é distribuído igualmente por



## O FILÓSOFO JACQUES DERRIDA ASSOCIAVA A TOLERÂNCIA A UMA FORMA DE CARIDADE



MARCOS BORGIA



## “EM VEZ DE ME OFERECEREM AJUDA, IMPÕEM-ME AJUDA”

**ANA SOFIA ANTUNES**, 37 anos, secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência

Não sinto que tenha vivido situações especialmente traumáticas. Quando passei do ensino especial para o ensino regular, aos 10 anos, era a única aluna com deficiência visual da escola. A maior parte dos meus colegas nunca tinha conhecido alguém assim. Havia muita curiosidade pela máquina de braille que eu usava nas aulas – era uma geringonça engraçada. Mas também rejeitavam que participasse em algumas brincadeiras. Nos primeiros meses, essa rejeição provocou-me algum sofrimento, depois passou, e eu fazia o que queria. Há muitos momentos em que me esqueço de que não vejo. E não sou a única. Os meus amigos da faculdade chegaram a trazer-me o formulário de uma escola de condução. Podia ter sido para brincarem comigo, mas não foi. Para eles, a minha deficiência não era determinante na imagem que tinham de mim. A primeira vez que senti claramente discriminação foi depois de concluir o curso de Direito. Tinha uma média muito boa, mas demorei mais tempo a conseguir um estágio do que os meus colegas com piores notas.

Em ambientes novos, há sempre pessoas com o instinto de rejeitarem o que não conhecem, outras mostram uma abertura natural perante a diferença. A melhor forma de ser sensibilizado é conhecer alguém com necessidades especiais. As pessoas continuam sem saber como abordar alguém com deficiência. Fazem-me constantemente uma coisa que detesto: em vez de me oferecerem ajuda, impõem-me ajuda. Em vez de me perguntarem se preciso de alguma coisa, o que é sempre muito delicado, agarram-me e atravessam-me para o outro lado da estrada, sem saberem se eu quero ir para lá. Eu sou uma pessoa igual às outras e essa atitude é uma invasão do meu espaço. É sintomático que eu seja a primeira governante cega. A sociedade começa a ver-nos pelas nossas capacidades e não pelas nossas incapacidades.

HOMOFOBIA



PAULO SEBADIAES

## “O PRECONCEITO NÃO VOLTARÁ A EXISTIR EM MIM”

**INÊS HERÉDIA**, 28 anos, atriz

Se puder sintetizar o caminho que fiz a partir da minha orientação sexual, gostava de partilhar que a maior aprendizagem não foi sobre mim, mas sobre o preconceito. Por uma razão simples: a discriminação que vivi foi apenas imposta por mim. Fui eu que, na minha inocência, não conhecendo ninguém igual a mim, decidi que era diferente e que ser diferente era mau. Eu não queria ser diferente, queria ser uma adolescente de 14 anos igual às outras. Escondi-me de todos, até de mim, e demorei 10 anos a fazer as pazes comigo, mas dotei-me de uma capacidade inabalável de lidar com este que considero ser o maior cancro da nossa sociedade: o preconceito. E há uma coisa de que hoje tenho a certeza absoluta: ele não existe para mim, já não o sinto. É uma ideia na cabeça dos homens e das mulheres, não é palpável, não tem corpo, não é mensurável, e, enquanto eu existir, ele não voltará a existir em mim. Sei que tenho o privilégio de viver num país mais liberal do que as gerações antes de mim, mas ainda não sou capaz de festejá-lo. Não acredito nem sinto que tenhamos evoluído coletivamente em termos de mentalidade, e as redes sociais são os holofotes que o provam. Hoje, 2018, confrontamo-nos novamente – ou ainda – com a discriminação racial, sexual, religiosa, a lista é infundável. Afinal, não tirámos as ideias do mesmo lugar? O caminho para a tolerância, como eu a entendo, está na luta contra a ignorância. Da ignorância nasce o medo, do medo nasce o preconceito, do preconceito nasce a discriminação. E para combater a ignorância é preciso educar na diferença; é preciso deixarmos de falar e pensar em “nós” e “eles”; e, por último, é urgente uma responsabilização coletiva e de cada um, porque o mundo em que os nossos filhos vão crescer é este que nós estamos a construir.

todos os grupos. Mais do que intolerância, há uma grande passividade perante a pobreza.” O docente do ISEG avisa que “a desigualdade potencia a intolerância, uma vez que põe em causa a coesão social”.

O diretor do Observatório das Desigualdades, Renato Miguel do Carmo, considera haver uma forte retórica, “a raia a intolerância”, contra quem recebe o Rendimento Social de Inserção, por exemplo. “Parece que os portugueses olham mais para quem está em baixo do que para quem está em cima”, lamenta. E entre os grupos étnicos que mais sofrem preconceitos estão os ciganos. O antropólogo José Gabriel Pereira Bastos alerta para a dificuldade de acederem ao mercado de trabalho: “Assisti a funcionários do Instituto do Emprego e Formação Profissional a dizerem que quase eram alvo de agressões se enviassem para as empresas trabalhadores ciganos.” O investigador aponta outro sinal claro de intolerância: “Os sapos, que são o demónio para os ciganos, estão espalhados por todo o lado e são perfeitamente tolerados pelo Estado.”

A lei contra a discriminação racial foi reforçada no ano passado e, só nos primeiros oito meses de 2018, chegaram à Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial 148 denúncias. Em 2017, foram 179, mais 50% do que no ano anterior. “Ainda que muita gente não seja racista, existe um racismo sistémico que se manifesta, por exemplo, na desigualdade de acesso às oportunidades de emprego ou na dificuldade de entrada no mercado do arrendamento”, ilustra Pedro Neto.

“A persistência do imaginário colonial contribui para a continuidade de um tratamento desigual. Aliás, seria estranho que essa atitude tivesse desaparecido por decreto”, defende o historiador Miguel Bandeira Jerónimo. “A situação talvez venha a ser alterada pelas novas gerações, que já não receberam a educação colonial do Estado Novo, assente em preconceitos raciais.”

Bandeira Jerónimo não vê utilidade na definição do País como tolerante ou intolerante: “Ao longo da nossa História, houve momentos de tolerância e outros de radical intolerância, como o período colonial.” Contexto em que a tolerância foi usada como um mecanismo de perpetuação da desigualdade. Além disso, Portugal foi dos últimos países europeus a reconhecer o direito à autodeterminação. Por isso, o discurso da excecionalidade da tolerância portuguesa exige espírito crítico.

“A tolerância é um mito. A História do País tem, evidentemente, episódios de gigantesca intolerância, como os conflitos civis do século XIX, com uma grande dinâmica anticlerical”, concorda Costa Pinto. “A tolerância não está no ADN dos portugueses nem de nenhuma sociedade – é uma construção política”, afirma o politólogo. Afinal, os portugueses não são excecionais nem mediocres – apenas humanos. ■■ [vfmaia@visao.pt](mailto:vfmaia@visao.pt)